



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

A falta de terrenos para a construção de habitação pública, uma afirmação reiterada constantemente pelo Governo ao longo dos mais de vinte anos que se seguiram ao retorno de Macau, é a fonte de inúmeros problemas sociais, entre os quais as inconveniências por que alguns residentes passam, por terem optado, sem outra alternativa, por viver em Zhuhai (incluindo Hengqin) e noutras regiões da Província de Guangdong, por não poderem suportar os exorbitantes custos das habitações e as pesadas rendas de Macau.

Importa ainda referir que os recursos mais relevantes de Macau, para além do jogo, são os terrenos, daí terem surgido inúmeros casos de corrupção relacionados com a transacção de terrenos, entre os quais o conhecido “caso de corrupção do século”, em que o Secretário para os Transportes e Obras Públicas do primeiro Governo recebia dinheiro pelas diversas obras públicas, de quase todas as obras de infraestruturas lançadas após o estabelecimento da RAEM, designadamente a Ponte de Sai Van. As situações de corrupção eram frequentes, porém, não se registavam refreamentos. A falta de terrenos serve ainda hoje de pretexto para o Governo alijar as suas responsabilidades, e os residentes, na sua grande maioria, sentem que existe uma grave deficiência na coordenação dos

IE-2020-04-03-Pereira Coutinho (p) (fb-apn)



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

recursos de solos, que faltam políticas sobre a utilização de terras e que já é hábito o Governo alegar que faltam terrenos para a construção de habitação pública.

Vários residentes apresentaram, recentemente, queixas no meu Gabinete, acusando o Governo de ter emitido licenças temporárias para 64 parcelas de terrenos, dando autorização para serem utilizadas como armazéns, oficinas e depósitos de maquinaria, andaimes, equipamentos e materiais, porém, essas parcelas de terreno, na sua maioria, encontram-se em estado de abandono, ou estão ocupadas por barracas, ou estão a ser utilizadas para o depósito de entulho ou como sucatas. Isto mostra que o Governo está a desperdiçar recursos públicos.

— Há ainda que referir que o actual Chefe do Executivo afirmou há tempos que “*o esbanjamento de recursos é crime*”, logo estamos perante uma situação de esbanjamento de recursos de solos a bel-prazer. Há residentes que tiveram de se mudar para fora de Macau, por não poderem aguentar os elevados custos e rendas das habitações, suportando diariamente o sofrimento da passagem das fronteiras, enquanto que os terrenos que podem ser utilizados para resolver os problemas habitacionais dos residentes estão a ser abandonados e considerados pelo Governo como inaproveitáveis.

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma **clara, precisa, coerente, completa e em tempo útil**, sobre o seguinte:

— IE-2020-04-03-Pereira Coutinho (p) (fb-apn)



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1. Relativamente às referidas 64 parcelas de terrenos concedidas para utilização, através de licença temporária, quando é que o Governo vai recuperá-las e aproveitá-las para a construção de habitação pública destinada aos residentes?
2. Os edifícios com mais de 50 anos de construção e em lastimável estado de conservação localizam-se na zona Norte. De que planos de reconstrução dispõe o Governo? Pode divulgar pormenores?
3. O Conselho para a Renovação Urbana vai ter a seu cargo a construção, em Hengqin, de 27 torres habitacionais, no âmbito do projecto “Novo Bairro de Macau”. De que medidas dispõe o Governo para dispensar a inspecção e fiscalização fronteiriças aos residentes e permitir a circulação directa dos veículos com uma chapa de matrícula entre Macau e Hengqin?

03 de Abril de 2020

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

José Pereira Coutinho

IE-2020-04-03-Pereira Coutinho (p) (fb-apn)